



DESASTRE AMBIENTAL

R\$ 170 bi para reparar tragédia de Mariana

Presidente Lula disse que, agora, a responsabilidade pelo cumprimento do acordo está "nas costas do governo"

» IAGO MAC CORD*

Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi, ontem, a Mariana (MG), para formalizar o novo acordo de repactuação para a Bacia do Rio Doce, avaliado em R\$ 170 bilhões. Em novembro, aquele que é considerado o maior desastre ambiental do país completa 10 anos.

O acordo, que já havia sido anunciado em outubro do ano passado, prevê o pagamento de R\$ 132 bilhões, dos quais R\$ 100 bilhões representam novos recursos, a serem pagos em até 20 anos pelas empresas envolvidas na tragédia ao poder público para serem aplicados em diversas destinações.

As companhias também passarão outros R\$ 32 bilhões para custeio de indenizações a pessoas atingidas e de ações reparatórias que permanecerão sob sua responsabilidade. Outros R\$ 38 bilhões já foram pagos pelas empresas.

"Nós fizemos um acordo e trouxemos a responsabilidade de fazer as coisas acontecerem para as costas do governo. Portanto, agora, nós não temos mais desculpa", disse Lula, ao prometer acelerar a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em 2015.

Descrito pelo prefeito do município, Juliano Duarte, como o "maior acordo ambiental já firmado no Brasil e no mundo", ele busca reparar os danos provocados pelo rompimento da barragem.

Duarte e o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, criticaram a Fundação Renova, criada para gerenciar a reparação. Eles afirmaram que a Renova "gastou muito e gastou mal", "traiu todo o dinheiro" e "não cuidou do povo", tendo executado R\$ 38 bilhões sem clara prestação de contas.

"Mariana enterrou vidas, Mariana enterrou memórias, enterrou dignidade e eu considero como o maior crime ambiental do



Entre as novidades do acordo, assinado ontem, estão a construção de um hospital e investimentos em áreas escolhidas pela comunidade

mundo. Isso tem que ser registrado. E um dos maiores erros, senhor presidente, foi a criação da Fundação Renova. Todos sabem muito bem: gastou-se muito e gastou-se mal", lamentou o chefe do Executivo local.

"Nós não vamos nos iludir, este acordo aqui não é o melhor acordo do mundo, ele é o melhor acordo possível. Ele só vai dar certo se o governo, se vocês, se nós tivermos o compromisso de fazer com que esse acordo aconteça", destacou Messias.

Do total, a coordenação de R\$ 49,8 bilhões será de responsabilidade do governo federal, com 19 ministérios envolvidos. Os governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo receberão, respectivamente, R\$ 25,53 bilhões e R\$ 14,87 bilhões para ações estruturantes. Para a saúde, estão previstos R\$ 11

bilhões, dos quais mais de R\$ 8 bilhões irão compor um fundo patrimonial permanente para custear serviços por décadas.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou, também, a construção de um Hospital Regional em Mariana, ligado à Universidade Federal de Ouro Preto e focado no tratamento de câncer, com investimento de R\$ 220 milhões da pasta. O município de Mariana se comprometeu a doar a área e investir mais R\$ 20 milhões.

"O nosso sonho, assim como a gente viu ali uma que sofreu com o crime ambiental virar advogada, é ver pessoas que sofreram com crime ambiental virarem médicos, médicas, enfermeiros, profissionais desse grande hospital que vai formar profissionais aqui na região", destacou Padilha.

Em ações ambientais, R\$ 8,13 bilhões serão destinados à restauração de 5 mil nascentes, produção de 30 milhões de mudas para reflorestamento e manejo de 9,15 milhões de metros cúbicos de rejeitos contaminados. Programas de retomada econômica contarão com R\$ 6,5 bilhões.

Para transferência de renda, R\$ 3,75 bilhões serão destinados, com o primeiro pagamento previsto para 1º de julho para 22 mil pescadores e 16 mil agricultores familiares. Comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais receberão R\$ 7,8 bilhões.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) será modernizada com R\$ 1 bilhão para prevenção e mitigação de riscos. As empresas Samarco, Vale e BHP terão a "obrigação de fazer", segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa,

a execução direta de obras de R\$ 32 bilhões para recuperação ambiental e reassentamentos, sob fiscalização governamental.

No Programa Indenizatório Definitivo (PID), registraram-se 261.283 adesões, com 53 mil pagamentos efetuados que totalizam R\$ 4,5 bilhões. Os valores de indenização são de R\$ 95 mil para agricultores e pescadores e R\$ 35 mil para os demais.

Uma característica central do novo acordo é a participação social. Os atingidos serão "protagonistas" na aplicação dos recursos, segundo Jorge Messias, por meio da criação do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e do literal capixaba.

Este conselho, paritário e com comunidades tradicionais e movimentos sociais, definirá o destino de R\$ 5 bilhões e monitorará

a execução do acordo. A Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), sancionada por Lula em dezembro de 2023, também é um instrumento legal para orientar a reparação.

Atingidos

Mauro Marcos da Silva, representante da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão de Mariana, e Letícia Oliveira, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), criticaram a insuficiência dos R\$ 35 mil e a burocracia para acesso aos R\$ 95 mil, observando que milhares de pessoas ao longo da bacia que não viram sequer um centavo da reparação.

"O direito individual talvez seja o ponto onde as empresas mais saem fortalecidas nesse acordo, em que elas construíram a estratégia delas. A indenização dos R\$ 35 mil é insuficiente, é extremamente insuficiente o que as empresas estão pagando para os atingidos. Não resolve os problemas de 10 anos do crime, porque, inclusive, é um crime continuado, que a cada ano retorna na casa das pessoas", explicou a representante do MAB.

Marcos lamentou a perda do pai, que faleceu aos 91 anos, aguardando a justa reparação e sem ver sua casa no reassentamento concluída, enfatizando a "fome e sede de justiça". Letícia ressaltou que o acordo é um "lançamento de desafios" e destacou a importância da PNAB.

"Conviver com os olhares irônicos, muitas vezes debochados das pessoas que se julgam no direito de dizer onde, quando e como vão reparar e se vão reparar e a quem devem reparar, é um desafio longo, um desafio árduo que começa agora com essa nova etapa de colocar em prática todos os projetos", desabafou Marcos.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Interpol e STJ debatem cooperação contra o crime

» MAIARA MARINHO

Os desafios contemporâneos no combate ao crime organizado foram destaque, ontem, no 1º Simpósio STJ-Interpol sobre a atuação do órgão internacional no combate à criminalidade contemporânea, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Além da presença do brasileiro Valdecy Urquiza, chefe da Interpol, o evento contou com a participação do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, do presidente do STJ, Herman Benjamin, do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

Urquiza destacou no evento que as organizações criminosas ignoram fronteiras e, por isso, a instituição deve agir de forma "ordenada, unificando capacidade, informação e esforços". Ele destacou que o papel da entidade é "absolutamente técnico e neutro" em relação a questões geopolíticas.

Para o chefe da Interpol, "o objetivo é garantir uma efetiva cooperação entre as polícias mantendo-se as discussões técnicas para que os 196 países sejam atendidos; é um desafio, mas absolutamente essencial".

O ministro da Justiça destacou a importância da integração interna e externa entre os agentes públicos para fortalecer a segurança e combater o crime organizado. "O Brasil tem feito esforços para lograr a relação internacional multilateral e bilateral. Assinamos um tratado de cooperação com a Interpol em Lyon [França] na semana passada e ingressaremos em breve na Eurojust, uma associação judiciária e ministerial de troca de documentos e informações de alto nível", comentou Lewandowski, para quem o crime organizado é, hoje, um dos maiores desafios da humanidade. Por isso, exige ações coordenadas em todas as esferas de governo. "O combate ao crime organizado é prioridade dos governos federal,

Rafael Luz/STJ



A parceria pode vencer um dos maiores desafios contemporâneos

estaduais e municipais, além do Poder Judiciário e do Ministério Público", disse.

O titular da Justiça citou que o crime organizado atua não

só contra a pessoa, mas também contra o meio ambiente. "O garimpo ilegal, a exportação de madeira retirada clandestinamente, os incêndios que

ocorrem, em grande parte provocados por agentes criminosos e pertencentes a facções organizadas. Somente com a cooperação policial e jurídica internacional que haveremos de desmobilizar os grupos criminosos mediante a sua asfixia financeira", ressaltou.

Para o ministro, a medida de cooperação nacional e internacional entre as polícias e o Judiciário é uma forma de garantir o Estado Democrático de Direito. "Nada adianta perseguir o crime se não tivermos como resultado a punição dos responsáveis, assim como as forças de segurança devem atuar com eficácia e que os direitos fundamentais sejam rigorosamente respeitados."

Ao falar dos esforços do governo federal, ele citou a proposta encaminhada ao Congresso para a criação do Sistema Único de Segurança Pública, inspirado no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS).

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, fez coro à fala de Lewandowski. "Não

podemos nos tornar reféns da criminalidade organizada, mas sim agentes da promoção dos direitos fundamentais e do Estado Democrático que não pode conviver com esses desafios dessas organizações que promovem o mal", disse. Na avaliação do PGR, a cooperação jurídica internacional deve ser observada como um pilar fundamental da segurança global.

Para o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, a violência se combate com "inteligência e garantindo os direitos fundamentais", por meio de integração interna e externa e descapitalização do crime organizado.

O diretor informou, durante o simpósio, que em 2024 o Brasil apreendeu US\$ 1,2 bilhão do crime organizado e citou um exemplo recente de cooperação por intermédio da Interpol com a prisão do líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Roberto de Almeida, conhecido como 'Tuta', que estava foragido e foi preso na Bolívia.